

Construindo Parcerias e Implementando o Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: o caso da FLONA do Tapajós.

Ana Luiza Violato Espada¹
Mário Vasconcellos Sobrinho²

Resumo

Parcerias podem ser importantes instrumentos para a implementação e aprimoramento de atividades produtivas sustentáveis em florestas públicas da Amazônia como o manejo florestal comunitário. Em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o manejo florestal comunitário é prática que pode gerar benefícios socioeconômicos, tais como trabalho e renda, além de ser ferramenta de conservação ambiental. O objetivo do artigo é compreender como as parcerias, enquanto instrumento da governança ambiental, podem contribuir para a promoção de atividades sustentáveis e para o desenvolvimento local. Os conceitos teóricos que fundamentam a discussão são da governança ambiental e capital social, ao considerá-los processos construtivos que envolvem diferentes atores atuando de forma sinérgica para a promoção da melhoria da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais. Estudou-se o caso de uma cooperativa comunitária que executa manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós, oeste paraense. Os resultados revelam que o manejo florestal comunitário nessa floresta pública foi implementado e aprimorado a partir de uma rede de parceiros envolvendo governo, sociedade civil organizada e comunidades locais que contribui para a formatação da gestão coletiva dos recursos florestais, a qual se mostra eficiente e qualificada, ao permitir a geração de trabalho, renda e aperfeiçoamento técnico e profissionalizante dos moradores da floresta. Atualmente, o modelo de gestão do manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós é referência nacional e internacional, sendo fruto da atuação de diversos parceiros que promovem, cada um com sua expertise, as bases para o desenvolvimento local e sustentável do oeste do Pará, Amazônia.

¹ Mestranda em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará, Engenheira Florestal, analu.espada@gmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal do Pará e Universidade da Amazônia, mariovasc@ufpa.br

Introdução

O manejo florestal é uma estratégia de conservação da natureza (ZARIN, 2005) que se apresenta como alternativa ao uso predatório dos recursos naturais (KELLER et al., 2005; VERÍSSIMO; BARRETO, 2005) e como ferramenta para a conservação ambiental com vistas à proteção da sociobiodiversidade, geração de trabalho e renda (JONG et al., 2008; SCHULZE et al., 2008) e mitigação de fatores causadores de mudanças climáticas como emissão de gás carbônico pelo desmatamento (KELLER et al., 2005).

Em florestas públicas brasileiras, regidas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (BRASIL, 2006), os produtos florestais, tais como madeira, óleos vegetais, sementes e cipós, são bens comuns, ou seja, de toda sociedade brasileira. Para o uso comercial destes produtos há necessidade de utilização de modelos de gestão de florestas públicas, como a concessão florestal onerosa e a destinação não onerosa às comunidades locais³ (BALIEIRO et al., 2010).

As comunidades locais, reconhecidas e respeitadas quanto a seus direitos costumários de uso dos produtos da sociobiodiversidade, podem realizar o manejo florestal (BRASIL, 2009) como meio de reprodução social e econômica. Em florestas públicas destinadas para uso coletivo (ou comum), como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e os assentamentos ambientalmente diferenciados, o governo brasileiro busca promover o manejo florestal comunitário como alternativa de uso racional dos recursos florestais, conservação ambiental e geração de renda (BRASIL, 2009).

O manejo florestal comunitário tem sido considerado uma opção promissora de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local aliado ao uso sustentável dos recursos florestais (BRASIL, 2009; JONG et al., 2008; SCHMINK, 2005). Entretanto, ele ainda enfrenta uma série de adversidades para se consolidar como atividade econômica sustentável na Amazônia brasileira. Dentre essas, estão as questões de regularização fundiária e o investimento em iniciativas econômicas comunitárias (AMARAL NETO et al., 2011). Todavia, há, também, aspectos mais específicos, como o baixo entendimento de que o manejo florestal é um negócio e que deve ser trabalhado na perspectiva de um empreendimento, ou seja, bem gerenciado para seu crescimento e estabilidade (MEDINA; POKORNY, 2014).

A ausência de uma perspectiva do manejo florestal comunitário como um negócio e até mesmo como um indutor de outros negócios sustentáveis (LENTINI et al., 2012) permite, dentre outros fatores, que essa atividade não ganhe espaço nas políticas públicas estruturantes. Com efeito, o manejo florestal comunitário ainda carece de investimentos na área de infraestrutura no meio rural, educação profissionalizante apropriada para a realidade do campo e acesso à assistência técnica florestal de qualidade e continuada (AMARAL NETO et al., 2008; ESPADA, 2013; LENTINI et al., 2012).

³ Define-se, por comunidades locais, populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (BRASIL, 2006).

Parte do insucesso de iniciativas de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira pode ser atribuída aos modelos que possuem rentabilidade financeira limitada, exigem altos investimentos em sua implementação e tendem a demandar subsídios constantes (MEDINA; POKORNY, 2011). Contudo, tem sido pouco considerado as inovações em andamento para alavancar o manejo florestal comunitário, como a formação de redes de parcerias e seus respectivos projetos de incentivo à atividade que contam com a contribuição técnica e financeira de cada parceiro.

Acredita-se, neste estudo, que quando as contribuições das parcerias são somadas, elas resultam em avanços mais concretos, como fortalecimento social e capacitação técnica, para que o manejo florestal comunitário se firme como uma atividade sustentável. Sob essa perspectiva, o objetivo do artigo é compreender como as parcerias, enquanto instrumento da governança ambiental, podem contribuir para a promoção de atividades sustentáveis e para o desenvolvimento local.

A literatura sobre manejo florestal comunitário apresenta lacunas no conhecimento sobre processos de governança ambiental para o estabelecimento dessa atividade. Desta forma, busca-se suprir uma dessas lacunas e promover as bases do conhecimento para promoção do manejo florestal comunitário em florestas públicas da Amazônia brasileira.

Para fundamentar a pesquisa, analisou-se a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós, localizada na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. Esta floresta é uma Unidade de Conservação (UC) Federal da Amazônia que conta com uma rede de parceiros que apoia e promove o manejo florestal realizado por comunidades locais.

O texto está dividido em quatro seções, além desta introdução e conclusão. A primeira discorre sobre o manejo florestal como ferramenta de conservação ambiental e geração de trabalho e renda. A segunda seção discute como as parcerias podem alavancar atividades sustentáveis, como o manejo florestal comunitário, discutindo como a governança ambiental pode ser um alicerce do desenvolvimento local e sustentável. A terceira seção apresenta um estudo de caso para fundamentar empiricamente as seções anteriores, descrevendo o caso singular de uma cooperativa composta por comunidades locais residentes na Flona do Tapajós que realiza o manejo de floresta pública. A quarta seção apresenta os resultados e discussão do estudo de caso, revelando que a rede de parceiros formada para fomentar o manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós é peça-chave do processo de governança ambiental instalado na região e que traz inovações na gestão coletiva dos recursos naturais, além de conservação ambiental.

Manejo florestal como alternativa para geração de renda e conservação ambiental

Na Amazônia brasileira, diferentes grupos sociais, como remanescentes de quilombo, extrativistas, ribeirinhos e produtores agrícolas familiares, dependem dos recursos naturais para geração de trabalho e renda, garantindo, também, sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica e histórica (Brasil, 2007, Art. 3º parag. 6.).

A criação de áreas protegidas, como as Unidades de Conservação da Natureza, territórios indígenas e quilombolas, “contribui para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes” (VERÍSSIMO et al., 2011, p. 9). Além disso, as áreas protegidas são ferramentas para a conservação da biodiversidade (DUDLEY, 2008; VERÍSSIMO et al., 2011) e para resguardar a integridade dos ecossistemas e dos serviços ambientais associados, como proteção dos solos e mananciais de água.

Áreas protegidas são espaços territoriais com restrição do uso humano, em diferentes níveis e propósitos (MILANO, 2012). No Brasil, as áreas protegidas destinadas como Unidades de Conservação da Natureza são regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que define categorias de manejo dessas áreas (BRASIL, 2000). Nas Unidades de Uso Sustentável há uma série de usos permitidos relacionados à segurança alimentar e geração de renda financeira. Dentre tais usos, tem-se a extração de produtos da floresta, por meio do manejo florestal familiar ou comunitário.

O manejo florestal é uma estratégia de conservação da natureza (ZARIN, 2005) e, no Brasil, é requisito obrigatório para a extração de madeira em florestas naturais públicas e privadas da Amazônia (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2009). O manejo florestal pode ser realizado de forma empresarial, por grupos econômicos interessados, sobretudo, na rentabilidade financeira da atividade ou por moradores de comunidades locais (AMARAL NETO et al., 2008), “motivados pelo debate sobre a participação das populações tradicionais, ou pequenos proprietários, no manejo sustentável de florestas” (AMARAL NETO et al., 2008, p. 231) públicas, como as Unidades de Conservação e assentamentos ambientalmente diferenciados.

Segundo Jong et al. (2008), a política florestal promovida na maioria dos países latino-americanos adota o conceito de manejo florestal sustentável como forma de uso da floresta e, parte desse conceito, apresenta o manejo florestal comunitário como estratégia participativa e equitativa do manejo florestal sustentável.

A extração de produtos madeireiros e não madeireiros por comunidades locais que dependem das florestas para satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação e construção de moradias, é realizada há décadas. Entretanto, o termo manejo florestal comunitário se difundiu a partir da década de 1970 quando agências de desenvolvimento buscaram promover a atividade para melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (JONG et al., 2008). Atualmente, entende-se que o manejo florestal realizado por comunidades locais é uma das opções que conciliam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento econômico (JONG et al., 2008).

O manejo florestal comunitário pode ser entendido como o uso e aproveitamento do recurso florestal por grupo organizado coletivamente que possui direitos sobre os recursos naturais (BRASIL, 2007) e assume compromissos de longo prazo com a floresta (De CAMINO, 2002).

O manejo florestal comunitário ganhou bastante visibilidade nas últimas décadas (AMARAL NETO et al., 2008; JONG et al., 2008) devido sua importância para a conservação dos recursos naturais aliada à geração de riquezas econômicas e benefícios sociais. Embora alguns autores (FANTINI; CRISÓSTOMO, 2009; MEDINA; POKORNY, 2014) apontem fragilidades dos processos que envolvem o manejo florestal, principalmente com vistas à produção madeireira, o manejo florestal comunitário é considerado opção promissora de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local aliado ao uso sustentável dos recursos florestais (BRASIL, 2009; SCHMINK, 2005).

No Brasil, as primeiras tentativas de normatização desse tipo de manejo florestal iniciaram na década de 1990 (AMARAL NETO et al., 2011; PINTO et al., 2011). No entanto, o marco legal que reconhece o manejo florestal realizado por populações tradicionais e comunidades locais e direciona programas e políticas públicas para o fomento dessa atividade foi constituído apenas em 2009, com o Decreto nº 6.874, de 05 de junho de 2009 (BRASIL, 2009) que integra ações dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por entender a dimensão do uso integrado dos recursos naturais (floresta e agricultura).

Em florestas públicas destinadas na forma de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, mecanismos mais recentes regulam processos de licenciamento do manejo florestal para que as populações beneficiárias dessas áreas possam realizá-lo (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2011).

Entretanto, por mais que na última década a legislação para o manejo florestal comunitário tenha avançado, persistem entraves que têm tornado remotas as possibilidades de implementação da atividade com vistas ao desenvolvimento sustentável. Destaque-se a falta de assistência técnica e de extensão florestal, as dificuldades de acesso a linhas de crédito, a dificuldade de acesso às tecnologias de beneficiamento de produtos florestais, a falta de regulamentações condizentes com a escala de produção, a escassez de alternativas de escoamento dos produtos florestais, o apoio insuficiente de órgãos governamentais nas áreas rurais mais distantes, além das deficiências educacionais no meio rural (AMARAL NETO, et al., 2008; JONG et al., 2008).

Medina (2012), por exemplo, aponta que comunidades estudadas na fronteira amazônica desenvolveram sistemas de governança local na tentativa de restringir e regular o acesso por agentes externos aos recursos localmente valiosos, como a madeira. Em outro trabalho, o autor comenta que comunidades são fortemente influenciadas por atores externos em suas decisões sobre uso dos recursos florestais (MEDINA; POKORNY, 2007).

Em arranjos técnicos, operacionais e comerciais para o manejo florestal, Medina e Pokorny (2011) avaliam que as iniciativas de manejo florestal comunitário fomentadas pelo ProManejo⁴ tiveram

⁴ Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo) foi criado no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais para experimento e demonstração. Executado pelo IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, seu objetivo foi apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia, com ênfase na exploração de produtos madeireiros, por meio de ações estratégicas e projetos demonstrativos, sendo executado no período de 1999 a 2006.

rentabilidade financeira limitada e exigiram altos investimentos em sua implementação, tendendo a demandar subsídios constantes. Todavia, Espada (2013) aponta que o manejo florestal madeireiro de grande escala (1000 hectares explorados anualmente) é possível de ser realizado por comunidades locais e gerar benefícios sociais e econômicos para mais de 5000 famílias. Entretanto, isso acontece quando há uma rede de parceiros externos que fortalece a iniciativa e promove ações de apoio técnico e institucional.

Amaral Neto et al. (2008) apontam que para compreender e caracterizar o manejo florestal comunitário é preciso conhecer a diversidade de atores envolvidos com a atividade, como as agências financiadoras, as organizações governamentais e não governamentais, as associações comunitárias, as organizações de classe, os grupos econômicos empresariais e as empresas de assistência técnica rural.

Para Souza e Vasconcellos (2012), a capacidade de articulação político-institucional de diferentes atores do território promove o avanço nas ações de gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local e a ausência dessas relações pode inferir em estagnação ou até mesmo retrocesso do desenvolvimento local.

Nesse sentido, pode ser na ação coletiva com a participação mais ampla de atores locais que os esforços e investimentos resultem na melhoria da eficiência e efetividade das políticas, projetos e programas voltados para a conservação ambiental aliada à melhoria da qualidade de vida de populações que vivem em ambientes florestais (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Parceria para o manejo florestal comunitário: instrumento da governança ambiental

A gestão participativa é uma ferramenta do regime de administração especial que rege as Unidades de Conservação brasileiras (BRASIL, 2000; KOURY; RIZZO, 2012), para que se cumpram os objetivos de conservação da natureza e que se expressa por meio dos conselhos gestores (KOURY; RIZZO, 2012).

Os conselhos gestores de Unidades de Conservação possibilitam maior participação da sociedade nas decisões governamentais sobre a forma de uso dos recursos naturais coletivos. Com isso, ampliam-se as possibilidades de geração de trabalho e renda para as famílias que vivem nessas áreas a partir do uso racional de tais recursos.

Para Dudley (2008), a efetividade da gestão das áreas protegidas proporciona uma medida real de avanço para se alcançar as metas de conservação da natureza. Todavia, a gestão dessas áreas, principalmente as de uso sustentável, deve estar voltada para questões além da conservação ambiental. O desenvolvimento local e sustentável relaciona-se à busca pela integridade das funções ambientais dos ecossistemas e também às possibilidades de bem estar social, também gerado a partir do uso racional dos recursos naturais.

Desta forma, a qualidade da gestão também é influenciada pela qualidade da governança, sendo esta entendida como um processo inclusivo da diversidade social com atuação ampla e

participativa de todos envolvidos. O envolvimento de diferentes atores nos processos de discussão e tomada de decisão sobre a gestão de territórios públicos, como as Unidades de Conservação, de forma qualificada e representativa da sociedade civil, pode conduzir os processos de governança a melhores resultados (CATTANI; FERRARINI, 2010; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Cattani e Ferrarini (2010) comentam que apesar dos avanços alcançados nas proposições e execução de políticas e programas relacionados ao desenvolvimento e promoção da melhoria da qualidade de vida da população, é preciso ampliar e qualificar a participação dos sujeitos do território. Abramovay (2000) discute o capital social como um recurso baseado na confiança, mesmo em relações desiguais de poder, que oferece oportunidades para os envolvidos e que sem esse capital, não conseguiram atingir seus objetivos sozinhos.

Por compreender que a noção de capital social “permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta” (ABRAMOVAY, 2000, p. 4), a participação ampla e diversificada, além de qualificada, no sentido dos atores locais compreenderem seu papel no desenvolvimento local, permite as bases para a governança ambiental. Esta é entendida como um conjunto de regras, instituições, processos e comportamentos que conduzem os atores sociais e institucionais do território ao uso racional dos recursos naturais, objetivando um bem maior, o desenvolvimento local (CAVALCANTI, 2004; FONSECA; BURSZTYN, 2009; MERTENS et al., 2011).

Assim, a governança ambiental pode ser um dos instrumentos que contribui para a transformação socioeconômica, política e ambiental do território. Para Tapia (2005), o meio para se alcançar o desenvolvimento local e sustentável está relacionado a questões de governança que, no âmbito da conservação do meio ambiente, faz referência à governança ambiental. Segundo Pandeff e Silva (2009), existe o entendimento de que a governança ambiental é um instrumento do trabalho coletivo que busca a autonomia do ser humano, sendo esta autonomia baseada nas liberdades alcançadas pelo desenvolvimento (SEN, 2010).

Mesmo com as dificuldades postas frente à ação coletiva para o desenvolvimento local pautado no uso racional dos recursos naturais, como a marginalização da discussão ambiental no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico adotadas no Brasil (CAVALCANTI, 2004), Cattani e Ferrarini (2010) mostram como a articulação, a participação e o empoderamento dos atores locais a partir de metodologias participativas podem transformar o território, visando o desenvolvimento local integrado e sustentável. Os autores argumentam que as transformações locais são possíveis, mesmo que o contexto mundial e hegemônico seja desfavorável, a partir da solidariedade e respeito ao meio ambiente.

Tapia (2005) aponta que o desenvolvimento local é resultado de uma estratégia de pactos territoriais para a elaboração e implementação de programas envolvendo diversos atores locais na

tomada de decisão e sua execução. Contudo, baseado nas experiências estudadas na Itália - modelos do Veneto, da Toscana e da Emilia Romagna -, o autor adverte para as relações assimétricas entre os atores, que podem desfavorecer o objetivo central da ação coletiva, ao prevalecer “decisões estratégicas unilaterais [que] condicionem as escolhas sucessivas dos outros atores” (TAPIA, 2005, p. 137).

Nesse contexto, a parceria pode ser um instrumento para equilibrar relações de poder entre os atores envolvidos nos processos de governança ambiental, ao permitir o empoderamento dos desempoderados (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008), partindo do princípio de que nas relações de parcerias todos têm direito de contribuir na construção da ação coletiva. De fato, Vasconcellos e Vasconcellos (2008) apontam a parceria entre atores sociais e institucionais como ação coletiva essencial para a efetividade de políticas públicas e de implementação de modelos de desenvolvimento sustentável.

Desta forma, a parceria, como um instrumento de governança ambiental, pode fortalecer atores sociais de um território como agentes do desenvolvimento local, resultando na formação e consolidação de redes de relações e capital social, de forma a criar mecanismos de confiança e cooperação para o estabelecimento de atividades sustentáveis geradoras de benefícios socioeconômicos e ambientais, como o manejo florestal comunitário.

Compreendendo as parcerias para o manejo florestal: bases metodológicas do estudo

Para compreender como a parceria, enquanto instrumento da governança ambiental, pode contribuir para a promoção de atividades sustentáveis e desenvolvimento local, estudou-se uma iniciativa de manejo florestal comunitário na Amazônia, especificamente a Unidade de Conservação de Uso Sustentável Floresta Nacional do Tapajós, localizada no Distrito Florestal da BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), região oeste do estado do Pará.

A Flona do Tapajós foi escolhida como estudo de caso por ser tratar de um território que possui uma experiência de manejo florestal comunitário alicerçada em uma rede de parceiros que apoia na concepção, implantação, consolidação e aprimoramento dos processos relacionados a essa atividade econômica.

Essa Unidade de Conservação da Natureza foi criada em 1974 por via do Decreto nº 73.684 de 19 de Fevereiro de 1974 (BRASIL, 1974) com objetivo básico de “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica” (BRASIL, 2000, Art. 17). A Flona do Tapajós ocupa área de 527,3 mil hectares que abrigam expressiva riqueza sociocultural, representada por aproximadamente, 500 indígenas da Etnia Munduruku e mais de 5000 moradores tradicionais - populações ribeirinhas com hábitos culturais próprios - que vivem em 25 comunidades na região (ANDRADE et al., 2014). Esse conjunto populacional é reconhecido por seus direitos costumares e tradicionais de vida (BRASIL, 2007) e a ele é concedido o direito de uso e comercialização de

recursos naturais para geração de trabalho e renda, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do território.

O manejo florestal para a produção madeireira é a atividade econômica mais importante de uso da floresta realizada pelas comunidades inseridas na Flona do Tapajós. Esta atividade movimenta, aproximadamente, R\$ 4 milhões por ano e envolve diretamente mais de 200 pessoas (ANDRADE et al., 2014) gerando, assim, trabalho e renda para a população local.

A atividade é realizada pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós (Coomflona), personalidade jurídica que executa o Plano de Manejo Florestal de Uso Múltiplo na Floresta Nacional do Tapajós e que agrega atualmente 211 cooperados, todos moradores da Flona.

O estudo foi conduzido por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas (BONI; QUARESMA, 2005) que para Yin (2005), são as fontes de informações mais importantes para um estudo de caso.

Os dados primários do estudo foram obtidos meio de entrevistas semiestruturadas com atores-chave. A escolha dos entrevistados se deu utilizando a técnica de indicação sucessiva de entrevistas com abordagem inicial seletiva, conhecida como *snowball sampling*. Desta forma, lideranças comunitárias que participaram dos processos iniciais de discussão e formação da cooperativa foram entrevistadas, assim como representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuaram ou atuam como parceiros da Coomflona para a implementação do manejo florestal comunitário na Floresta Nacional do Tapajós.

As entrevistas foram embasadas em um roteiro sugestivo orientado para obter, no mínimo, as seguintes informações: i) instituições parceiras que apoiaram ou apoiam a iniciativa de manejo florestal comunitário realizado na Flona do Tapajós; ii) tipos de parcerias; iii) mecanismos e instrumentos para a formação das parcerias; iv) papel das instituições parceiras para a implantação e consolidação do manejo florestal comunitário realizado na Flona do Tapajós; v) possibilidades que as parcerias ofereceram ou oferecem para a consolidação e aprimoramento do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós e, vi) perspectivas de continuação das parcerias.

A experiência do manejo florestal comunitário na Flona do Tapajós: exemplo de uso sustentável da floresta e geração de renda

A Cooperativa Mista da Flona do Tapajós - Coomflona tem sido considerada um caso de referência de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira por gerar, aproximadamente, 4 milhões de reais de receita bruta por ano (ANDRADE et al., 2014; ESPADA, 2013) e destinar esses recursos financeiros para o benefício de seus cooperados e de todas as comunidades da Flona, mesmo quando os moradores das comunidades não fazem parte da cooperativa.

O destaque dessa iniciativa comunitária também se relaciona à estabilidade da atividade florestal: 10 anos no mercado formal, com aumento progressivo da área explorada, volume de madeira comercializado e receitas financeiras (Tabela 1).

Tabela 1 - Área manejada (em hectares), produção de madeira em tora (em metros cúbicos) e demonstrativo dos resultados dos exercícios fiscais, no período de 2005 a 2013 do manejo florestal realizado pela Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Ano	Área explorada (ha)	Volume vendido (m³)	Receita bruta (R\$)	Despesas (R\$)	Receita líquida (R\$)
2005/06	100	1.544,80	782.207,85	708.746,37	73.461,48
2007	300	3.650,80	1.101.716,07	890.263,82	211.452,25
2008	521	7.843,30	627.302,30	642.142,41	-14.840,11
2009	700	13.421,70	1.844.306,83	1.366.923,28	477.383,55
2010	1000	14.266,90	2.138.026,69	1.971.394,99	166.631,70
2011	1000	15.064,00	3.011.693,42	2.372.811,57	638.881,85
2012	1000	18.894,20	3.537.751,76	3.399.797,36	137.954,40
2013	1000	22.027,94	3.994.158,62	3.384.117,52	610.041,10
TOTAL		96.713,64	17.329.678,54	14.842.971,96	2.486.706,58

Fonte: Adaptado de Andrade et al. (2014); Espada (2013).

Nota. Os valores de área e volume considerados são do período da safra florestal, julho a julho, enquanto os valores de receita bruta, despesas e receita líquida, são do ano contábil, de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

O desenvolvimento e a estabilidade do manejo florestal na Flona do Tapajós se deram a partir do apoio de uma rede de instituições governamentais e não governamentais, embora a motivação principal tenha partido dos próprios moradores, que reivindicaram seus direitos de uso da floresta, com o apoio do ProManejo, conforme morador da Flona do Tapajós diz:

Havia esse debate interno na unidade de conservação [...] nesse período, eu acredito que *pra* enraizar o processo, nós fazíamos esse questionamento [...] dos meios de produção que nós da Flona tínhamos. E é interessante frisar que como 2000 tinha acabado de sair a lei do SNUC, então possivelmente naquele momento, embasado na lei e diante de toda discussão acumulada e também com a vinda do ProManejo, discutindo todos os projetos produtivos na Flona, nos fortaleceu [em] buscar uma alternativa mais direcionada ao principal produto da Flona, que é a madeira (Morador da Flona do Tapajós e representante da Coomflona).

O contexto político e econômico de reivindicações para apropriação e uso dos recursos florestais pelos moradores da Flona do Tapajós relaciona-se à criação dessa Unidade de Conservação, autoritária e que não reconhecia a presença humana em seus limites, fazendo com que as comunidades fossem submetidas a uma série de impedimentos que afetavam seu próprio sustento (SOARES, 2004).

Posteriormente, a mobilização e articulação das comunidades com outras instituições locais, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, ganhou força e espaço na discussão sobre os direitos das comunidades sobre os recursos florestais (SOARES, 2004).

Na década de 1990, o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia Brasileira - ProManejo possibilitou novas frentes de atuação na Flona do Tapajós, como o apoio ao manejo florestal madeireiro de grande escala realizado por comunidades.

A história de criação da Coomflona remete-se ao período de atuação do ProManejo. Todavia, a estruturação e consolidação da cooperativa se deve, também, a outras instituições que passaram a apoiar a iniciativa comunitária e que, atualmente, estão entre seus principais parceiros, como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), conforme observação realizada durante levantamento dos dados primários do estudo.

Na fase de estruturação da cooperativa após o ProManejo, a partir de 2007, a pesquisa de campo mostrou que o apoio do SFB e IEB, por meio do projeto Floresta em Pé (FEP)⁵, com capacitações e discussões sobre a formatação da gestão administrativa e financeira da cooperativa foi essencial no processo de consolidação da gestão social, financeira e estratégica da Coomflona.

Conforme levantamento de campo, uma das decisões que considerou as recomendações dos parceiros estava relacionada à divisão dos recursos financeiros provenientes da venda da madeira. Por se tratar de um recurso natural público, de uso comum dos moradores da Flona do Tapajós, o dinheiro não poderia beneficiar apenas os cooperados. O dilema relacionava-se também em como promover melhoria na qualidade de vida de todas as famílias da Flona, uma vez que o manejo madeireiro não suporta, operacionalmente, envolver todos os moradores da Flona.

O grupo composto pelas instituições parceiras da Coomflona e por seus cooperados conduziu o debate para um formato de gestão financeira que permitisse o investimento em todas as comunidades da Flona do Tapajós de forma a propiciar melhoria da qualidade de vida da população local. As discussões foram extensas e colocaram em prática ferramentas da governança ambiental, como participação dos atores envolvidos nas assembleias da cooperativa e em outros momentos de debate.

Segundo Pandeff e Silva (2009), o sucesso de ações relacionadas à conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das pessoas pode ser potencializado a partir do envolvimento de atores locais na formulação das regras. Conforme levantamento de campo, no caso do manejo florestal realizado na Flona do Tapajós, todo o processo, desde a concepção da cooperativa até a decisão de divisão das receitas financeiras envolveu os moradores locais, cooperados e não cooperados, órgão gestor da Unidade de Conservação e instituições que apoiam a iniciativa.

Com isso, a presença das instituições parceiras, compondo uma espécie de comitê de aconselhamento permitiu a construção de um modelo sólido de gestão dos recursos florestais públicos por comunidade que é amplamente disseminado na Amazônia (ANDRADE et al., 2004). O caminho encontrado foi a criação de diferentes fundos (Quadro 1) que pudessem beneficiar todas as comunidades da Flona do Tapajós.

⁵ O FEP foi uma cooperação franco-brasileira que abordou o manejo das florestas comunitárias na Amazônia brasileira. Foi executado por diversas instituições governamentais e não governamentais no período de 2006 a 2011.

Quadro 1 - Distribuição dos benefícios financeiros da venda da madeira, conforme normas estatutárias, aprovadas em assembleia geral da Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.

Fundos estatutários	%	Breve descrição dos fundos
Fundo de Investimento	45	Capital de giro (custeia as atividades referentes à exploração florestal).
Fundo dos Cooperados	20	Destinado aos cooperados que executam a atividade, inclui plano de saúde e outros benefícios e pode ser, dependendo da situação financeira da cooperativa, reintegrado ao patrimônio da Coomflona, após decisão em assembleia.
Fundo de Apoio Comunitário	15	Destinado a novas atividades econômicas e pode ser acessado pelas comunidades, mediante projeto de interesse coletivo, após aprovação da cooperativa.
Fundo Reserva	10	Poupança da cooperativa para investimentos futuros ou utilização no caso de falência da iniciativa.
Fundo de Saúde	5	Destinado a todas as comunidades, é utilizado para melhorar as condições de acesso à saúde e bem estar social.
RATES (Reserva de Assistência Técnica e Educacional e Social)	5	Fundo para capacitação, treinamento e formação de profissionais relacionados ao manejo florestal.

Fonte: ESPADA (2013).

Esse modelo permite a geração de postos de trabalhos, formação profissionalizante dos cooperados (Fundo RATES), investimentos na ampliação do próprio negócio, geração de renda e consciência da importância da floresta para as comunidades da Flona do Tapajós. Segundo um dos entrevistados, o manejo florestal permite mais segurança ambiental ao gerar postos de trabalhos, diminuindo, assim, a necessidade do corte de madeira ilegal pelos moradores e abertura de pastos na Unidade de Conservação.

Nós conseguimos reduzir o desmatamento na Flona [...] porque o pessoal tá ocupado com o manejo florestal [...], as pessoas que são manejadores hoje criavam muito gado e roça e não fazem mais, porque conscientizam sobre isso, porque o manejo florestal gera mais receita que o gado que criava e menos dor de cabeça para ele; o desmatamento na Flona a gente consegue ser fiscal do ICMBio, o ICMBio consegue atuar [de forma] mais eficiente (Morador da Flona do Tapajós e representante da Coomflona).

As informações obtidas na pesquisa de campo mostram que os principais itens de inovação do modelo construído pela Coomflona e instituições parceiras são os fundos financeiros destinados para a qualificação profissional dos cooperados (Fundo RATES) e para o investimento à diversificação de atividades produtivas sustentáveis, como a comercialização e beneficiamento da borracha natural (*Hevea brasiliensis*), óleo de copaíba (*Copaifera* sp.) e andiroba (*Carapa guianensis*), além da produção de móveis de madeira.

O Fundo RATES possibilita a formação de moradores locais em cursos técnicos e de graduação, ao dar o suporte para a realização dos cursos. A cooperativa conta com um técnico de segurança do trabalho e dois técnicos florestais que receberam esse apoio e atualmente apoia dois cooperados, um que cursa contabilidade e outro que estuda engenharia florestal.

Mesmo com os avanços na gestão administrativa e financeira da Coomflona, o apoio ao manejo florestal comunitário da Flona do Tapajós permaneceu a partir de novos parceiros. A dinâmica dos acontecimentos, conquistas e avanços no desenvolvimento da atividade permitiu, de fato, a

mudança no cenário das parcerias. Elas se deram em conformidade com as necessidades de cada momento. Por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém foi mais atuante na época da discussão fundiária, quando os moradores da Flona reivindicavam seus direitos de uso dos recursos florestais (SOARES, 2004), passado esse período, novas demandas surgiram e, com isso, novos atores passaram a compor o quadro de parceiros.

O entendimento dos cooperados de que tinham limitações quanto ao conhecimento técnico do manejo florestal e de sua gestão permitiu a mitigação dessa fragilidade por meio da busca de instituições que pudessem suprir a lacuna. O diferencial do manejo florestal na Flona do Tapajós relaciona-se com a capacidade dos cooperados em buscar parcerias e fortalecer o capital social, associado às relações de confiança (ABRAMOVAY, 2000), sem as quais, dificilmente a iniciativa teria avançado nas questões técnicas, financeiras e operacionais do manejo florestal.

Acho que um dos pontos principais desse negócio ter dado certo não foi necessariamente esse apoio que eles tiveram, claro que contribuiu, mas a capacidade de buscar os atores, de buscar essas parcerias [...] além da honestidade e seriedade deles (Representante de instituição governamental parceira da Coomflona).

Com essa atuação nos últimos seis anos, a Coomflona conseguiu estabelecer uma rede de cooperação formada por diversas parcerias que entendem o manejo florestal como uma ferramenta de conservação ambiental e de melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em ecossistemas florestais. Com a formação da rede de parceiros e fortalecimento do capital social, novas bases puderam ser criadas para o desenvolvimento sustentável na Flona.

Atualmente, os principais parceiros da cooperativa são o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Instituto Floresta Tropical (IFT).

As relações entre Coomflona e as principais instituições listadas são consideradas parcerias porque possuem relações de apoio mútuo. Para todos os entrevistados, a parceria se caracteriza quando ambas partes se beneficiam.

Ela [parceria] se estabelece mediante algumas condições que beneficiam ambos. Ela traz benefícios para todos os envolvidos (Representante de instituição governamental parceira da Coomflona).

Parceiro é aquele está junto na dificuldade, igual casamento, na tristeza e na alegria. É aquele que ajuda e é ajudado. Está lado a lado nas horas difíceis e sempre dá um jeito de contribuir (Morador da Flona do Tapajós e representante da Coomflona).

Nos processos de governança ambiental, as parcerias podem ser importantes instrumentos para o equilíbrio de poderes (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008), considerando que, dentre os principais parceiros, estão órgãos governamentais de gestão de florestas públicas, ICMBio e SFB. Somado a isso, nessas relações de apoio mútuo, podem ser fortalecidas as relações de confiança entre os atores (ABRAMOVAY, 2000) e a reciprocidade nas ações, de forma a alcançar o objetivo

comum, este relacionado à melhoria da qualidade de vida da população local a partir do uso racional dos recursos naturais (PANDEFF; SILVA, 2009).

Assim, na parceria Coomflona e UFOPA, a cooperativa beneficia a universidade ao permitir a ida de seus alunos do curso de engenharia florestal em visitas técnicas, possibilitando a vivências desses alunos em situações reais de manejo florestal. Segundo um dos entrevistados, a experiência de campo proporcionada pela Coomflona é ímpar no processo de aprendizagem desses novos profissionais, pois a universidade não conta com áreas experimentais, sendo a da Coomflona a mais próxima. Em contrapartida, a UFOPA oferece cursos de capacitações em manejo florestal e realiza estudos científicos e técnicos. Por exemplo, análise do potencial florestal em novas áreas da Flona do Tapajós para a expansão do manejo florestal. Com isso, também é estabelecida uma parceria com o ICMBio, gestor da Flona, que apoia a Coomflona e conta com informações como estas para fazer a gestão da área. Essas parcerias formadas para o manejo florestal na Flona do Tapajós possuem um objetivo comum a ser alcançado que congrega interesses individuais dos atores, e que atingem, coletivamente, finalidade maior.

O SFB e IEB promovem ações de capacitação para a gestão do empreendimento florestal comunitário. Com o apoio direto do IEB, a Coomflona conseguiu certificar sua área de manejo florestal com o selo FSC® (*Forest Stewardship Council*) e, com isso, espera alcançar novos mercados. O IEB e SFB se beneficiam ao apoiarem uma iniciativa comunitária de sucesso e ao divulgarem o modelo de manejo florestal comunitário, realizando intercâmbios com outras iniciativas comunitárias na Amazônia.

O IFT apoia a cooperativa com a cessão de duas máquinas florestais (*skidder* e trator de esteira) e treinamentos em técnicas de manejo florestal. Esse apoio possibilita diminuição nos custos relacionados à exploração florestal e, como contrapartida, o IFT tem a possibilidade de realizar intercâmbios na área de manejo florestal da Coomflona.

O IBAMA é o órgão licenciador do manejo florestal na Flona do Tapajós. Os entrevistados o consideram parceiro devido a abertura de diálogo dos técnicos da Gerência Executiva do IBAMA em Santarém. Em área historicamente marcada por uma estrutura hierárquica entre agentes do governo e comunidades (SOARES, 2004), a permissão ao diálogo pode ser considerada uma parceria; visto que o benefício que a Coomflona oferece é a transparência e seriedade de suas atividades, sabendo que o setor madeireiro na Amazônia possui muitas irregularidades e ilegalidades (PEREIRA et al., 2010).

O ICMBio também é considerado parceiro da Coomflona, mesmo sendo o gestor da Unidade e assumindo a condição de fiscalizar e punir ações irregulares na Flona. A parceria ocorre justamente porque o papel da Coomflona é o de promover um dos objetivos básicos de criação de florestas nacionais, “uso múltiplo sustentável dos recursos florestais” (BRASIL, 2000). Sendo assim, o ICMBio é o principal incentivador do manejo florestal realizado pela Coomflona. O órgão

também se beneficia com a imagem institucional de possuir em sua área a principal referência de manejo florestal comunitário da Amazônia.

Nessa relação, a Coomflona responde à parceria desempenhando papel colaborativo na gestão da Floresta Nacional do Tapajós. A cooperativa apoia o ICMBio na construção de bases de monitoramento - bases de apoio ao turismo, pesquisa e proteção da Unidade – e, em ações de fiscalização e valorização dos recursos naturais da Flona (ANDRADE et al., 2014). O fato do manejo florestal dar bons resultados que busca beneficiar todos os moradores da Unidade pode fazer com que a floresta seja mais valorizada pelos moradores que, conseqüentemente, buscarão impedir ações destrutivas. Com isso, o ICMBio ganha eficiência e efetividade de suas ações de combate ao desmatamento e degradação florestal.

Desta forma, as parcerias formadas para o manejo florestal na Floresta Nacional do Tapajós contribuem para que essa atividade se estabeleça como uma opção sustentável de uso dos recursos naturais e geração de trabalho e renda em territórios de uso comum de seus recursos naturais, como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Entretanto, carece compreender quais são os ganhos sociais e econômicos provenientes dos fundos estatutários da Coomflona e se, realmente, todas as famílias se beneficiam deles.

Conclusões

As parcerias podem ser importantes instrumentos de governança ambiental para se atingir a gestão apropriada dos recursos naturais na Amazônia, aliada à geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida das populações que vivem em ambientes florestais, como as Unidades de Conservação da Natureza.

O caso do manejo florestal comunitário em curso na Floresta Nacional do Tapajós revela, a partir de entrevistas a atores-chave, que as parcerias contribuem para a formatação da gestão coletiva dos recursos florestais que se mostra eficiente e qualificada, uma vez que foi desenvolvida por um coletivo formado por diferentes setores da sociedade, como governo, sociedade civil organizada e produtores florestais (cooperados, moradores da Flona).

O processo instalado nesse território, a partir da vontade de desenvolver atividades sustentáveis que busca beneficiar diversas famílias, pode ser considerado um processo de governança ambiental para o desenvolvimento local e sustentável, devido a formação de uma rede de parceiros que, embora possuam interesses individuais, os objetivos finalísticos são comuns que conseguem atingir coletivamente a partir da cooperação.

Embora não existam estudos sobre os impactos socioeconômicos do manejo florestal nas comunidades da Flona do Tapajós, constata-se, a partir das entrevistas, que a atividade gera benefícios coletivos ao financiar outras atividades econômicas locais, seguindo alguns preceitos da econômica solidária, e ao investir na educação profissionalizante dos cooperados.

O apoio do Fundo RATES - Fundo de Assistência Técnica e Educacional e Social aos cooperados revela, também, que populações rurais e tradicionais, como ribeirinhos e indígenas, podem buscar o aperfeiçoamento técnico e profissionalmente, aprimorando, cada vez mais, a qualidade das atividades produtivas desenvolvidas em suas comunidades.

O modelo de gestão do manejo florestal da Coomflona é referência nacional e internacional de manejo florestal comunitário, sendo fruto da atuação de uma rede de parceiros que promovem cada um com sua expertise, as bases para o desenvolvimento local e sustentável na região oeste do Pará, Amazônia.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun., 2000.

AMARAL NETO, M. et al. A expansão do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: oportunidades e limites. In: BENSUSAN, N. e ARMSTRONG, G. (Org.) **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo**. Brasília: IEB, 2008, p. 231-245.

AMARAL NETO, M.; CARNEIRO, M. S.; MIRANDA, K. F. **Análise de acordos entre empresa e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará**. Belém: IEB, 2011.

ANDRADE, D. F. C. et al. Manejo florestal comunitário como estratégia de gestão e melhoria da qualidade de vida da população tradicional da Floresta Nacional do Tapajós. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, 3, 2014. Viçosa, Minas Gerais. **Anais [do] III Simpósio Nacional de Áreas Protegidas**, 28 a 30 de maio de 2014, Viçosa, MG; Organizadores Gumercindo Souza Lima ... [et al.]. UFV, DEF, 2014. 499 p.

BRASIL. Lei nº 73.684 de 19 de Fevereiro de 1974. Cria a Floresta Nacional do Tapajós, e dá outras providências. Brasília, DF: 19 fev. 1974. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapajos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, dentre outros. Brasília, DF: 02 mar. 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em: 25 fev. 2014.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: 7 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Brasília, DF: 5 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p.68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2014.

CATTANI, A. D.; FERRARINI, A. V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13 n. 2, p. 164-172, jul./dez. 2010.

CAVALCANTI, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, p. 1-10, 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n. 406, de 2 de fevereiro de 2009. Estabelece parâmetros técnicos a serem adotados na elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de Plano de Manejo Florestal Sustentável-PMFS com fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de sucessão no bioma Amazônia. Brasília, DF: 2 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=597>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

DE CAMINO, R. Estado Actual del Manejo Forestal Comunitario y sus Perspectivas, en la Biosfera Maya, Petén, Guatemala. **Memorias del Taller Regional, Manejo Forestal Comunitario y Certificación en América Latina**. Bolivia: GTF, GTZ e WWF, 2002.

DUDLEY, N (ed.). Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas. Grand, Suiza: UICN, 2008.

ESPADA, A. L. V. Contribuição da governança ambiental no desenvolvimento local: exemplo de uma cooperativa de manejo florestal comunitário. In: IV Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade, 4, 2013, Belém. **Resumos...** Belém: Unama, 2013. p. 294-308.

FANTINI, A. C.; CRISÓSTOMO, C. F. Conflitos de interesses em torno da exploração madeireira na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 2, p. 231-246, maio-ago. 2009.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr., 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Instrução Normativa nº 16, de 4 de agosto de 2011. Regula as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável comunitário para exploração de recursos madeireiros em Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional. Brasília, DF: 4 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in162011.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

JONG, W. *et al.* Antecedentes, realidad y oportunidades del manejo forestal comunitario en América Latina. In: SABOGAL, C. *et al.* (Ed.). **Manejo forestal comunitario en América Latina: Experiencias, lecciones aprendidas y retos para el futuro**. Bogor: CIFOR. 2008, p. 35-66.

KELLER, M., *et al.* A sustentabilidade da exploração seletiva de madeira nas florestas da Amazônia brasileira: os balanços de carbono e o sensoriamento remoto como ferramentas para avaliar os efeitos da exploração madeireira. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 67-94.

KOURY, C.; RIZZO, E. Gestão participativa no Amazonas: a experiência na RDS Uatumã. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 68-75.

LENTINI, M.; AMORIM, P.; ESPADA, A. L. V. O manejo florestal para a produção de madeira em unidades de conservação. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 133-137.

MEDINA, G.; POKORNY, B. Manejo Florestal por Comunidades da Amazônia: há Espaço para Perspectivas Locais? In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife. **Resumos...** Recife, 2007.

_____. Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 25-36, dez. 2011.

- MEDINA, G. Governança local para o manejo florestal na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p.67-79, fev. 2012.
- MEDINA, G.; POKORNY, B. **Avaliação financeira do manejo florestal comunitário**. Goiânia: Kelps, 2014.
- MERTENS, F. et al. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 41 n. 4, p. 481-492. 2011.
- MILANO, M. S. Conceitos, histórico, políticas e formas de gestão. In: Fundo Vale (Org.). **Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012, p. 16-28.
- PANDEFF, P. A.; SILVA, J. G. Gestão ambiental aplicada à exploração sustentável de recursos naturais em unidades de conservação. In: V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 5, 2009, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro, 2009. p. 1-24.
- PEREIRA, D., et. al. **Fatos Florestais da Amazônia 2010**. Belém: Imazon, 2010.
- PINTO, A.; AMARAL, P.; AMARAL, M. **Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010**. Belém: Imazon; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, 2011.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SCHMINK, M. Comunidades, Florestas, Mercados e Conservação. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 161-174.
- SCHULZE, M., GROGAN, J., VIDAL, E. O manejo florestal como estratégia de conservação e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia: quanto separa os sistemas de exploração madeireira atuais do conceito de manejo florestal sustentável? In: BENSUSAN, N. E ARMSTRONG, G. (Org.) **O manejo da paisagem e a paisagem do manejo**. Brasília: IEB. 2008, p. 157-213.
- SOARES, E. S. (Org.) **Desafios, Resultados, Ameaças e Oportunidades em uma Unidade de Conservação na Amazônia: “A Floresta Nacional do Tapajós”**. Santarém: IBAMA-ProManejo, 2004.
- SOUZA, M. L. M.; VASCONCELLOS, S. M. Ambiente político-institucional e desempenho de cooperativas no contexto local: uma análise de dois casos da Amazônia paraense. In: VASCONCELLOS, M.; FARIAS, A. L. A.; LOPES, O. C.; MENDES, R. L. R. **Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local**. Belém: NUMA/UFPA. 2012, p. 173-204. (Estudos do Numa, 14).
- TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento Local, Concertação Social e Governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132-139, 2005.
- VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Ação Coletiva, Parceria e Empoderamento. In: TYEISSERENC, P. *et al.* (Org.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA. 2008, p. 207-230.
- VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P. Florestas Nacionais na Amazônia brasileira: oportunidades e desafios. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005, p. 55-66.
- VERÍSSIMO, A., et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** Belém/São Paulo: Imazon e ISA. 2011.
- ZARIN, D. J. Florestas produtivas neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J., *et al.* (Org.). **As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB. 2005.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. 2005.